

Protocolo 3- 114/2025

De: José N. - AJE

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 11/12/2025 às 09:43:21

Setores envolvidos:

SELIC, DDE, AJE, PRE

Ofícios Diversos

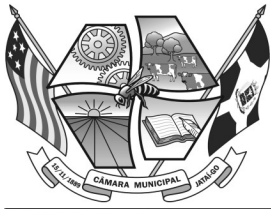
Segue o parecer.

—

José Ferraz da Costa Neto
Assessoria Jurídica Externa

Anexos:

Parecer_Reequilibrio_PP_003_2024_Contrato_011_2024.pdf



PARECER JURÍDICO

Pregão Presencial nº 003/2024

Contrato nº 011/2024

Aditivo Contratual

Órgãos Assessorados: Câmara Municipal de Jataí.

Assunto: Análise Jurídica referente ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Jataí/GO e a empresa Licitus Tecnologia e Serviços LTDA.

**REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.ADITIVO
CONTRATUAL. APROVAÇÃO.**

1. BREVE RELATÓRIO

Trata-se de análise da possibilidade de realizar termo aditivo ao contrato decorrente do Pregão Presencial n.º 003/2024, processo administrativo n.º 540/2024, cujo objeto é “Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços continuados de jardinagem e vigilante armado, com dedicação exclusiva de mão de obra no edifício-sede da Câmara Municipal de Jataí, localizada na Praça da Bandeira, 96, Centro, Jataí, Goiás”

A contratada sustenta que, em razão da vigência da nova Convenção Coletiva de Trabalho da categoria (CCT 2025/2026), houve aumento do piso salarial e de encargos incidentes sobre a mão de obra de jardineiro, fato que teria desequilibrado a equação econômico-financeiro inicial do contrato. Em razão disso, solicita recomposição do valor contratual, e pagamento retroativo referente ao período de janeiro a outubro de 2025.

O pedido foi instruído com demonstrativos financeiros, planilha de custos e cópia da CCT.

Passa-se à análise.

2. ANÁLISE JURÍDICA

No caso em análise, o pedido formulado pela empresa limita-se ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de serviços de jardinagem, em razão do aumento do piso salarial da categoria estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho vigente. O pleito encontra fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê a possibilidade de revisão contratual quando fatos supervenientes e alheios à vontade das partes impactam os custos originalmente considerados na proposta.

Nesse contexto, a alteração da CCT configura evento externo à esfera de

controle da contratada, com impacto direto e imediato sobre a composição dos custos de mão de obra, o que rompe a equação econômico-financeiro originalmente pactuada. Diante disso, é juridicamente possível o restabelecimento da equação contratual com efeitos retroativos ao início da vigência da CCT, desde que comprovado o efetivo aumento dos encargos e demonstrado que a contratada suportou tais custos no período anterior à formalização do pedido.

O artigo 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021 dispõe sobre as hipóteses em que o contrato pode ser aditivado, seja para reajuste de valor, prorrogação de prazo ou reequilíbrio econômico-financeiro. Neste último caso, o dispositivo estabelece a possibilidade de revisão para recompor o equilíbrio inicial quando fatos imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, inviabilizem a execução contratual nos moldes originalmente fixados.

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo entre as partes:

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

Como demonstrado pela empresa contratada, a revisão dos valores contratados se faz necessária em razão do aumento do piso salarial e dos encargos trabalhistas da categoria de jardineiro, decorrentes da nova Convenção Coletiva de Trabalho. A contratada comprovou documentalmente que tais custos passaram a incidir desde o início da vigência da CCT, sendo por ela suportados integralmente, o que ocasionou desequilíbrio na equação econômico-financeira do contrato e motivou o pedido de recomposição, inclusive com efeitos retroativos.

Conforme previsto na legislação, a superveniência de fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis — como é o caso das alterações impostas por normas coletivas de trabalho — constitui elemento externo à vontade das partes, capaz de afetar diretamente a execução e os custos contratuais. Nessas hipóteses, surge situação que rompe a equação econômico-financeira originalmente pactuada, tornando necessária a recomposição da justa remuneração da contratada, inclusive em relação ao período anterior à formalização do pedido, desde que devidamente comprovado, como ocorreu no presente caso.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a revisão contratual destinada a recompor a equação econômico-financeira pode, excepcionalmente, abranger período anterior à formalização do pedido administrativo, desde que o contratado demonstre de forma suficiente que o desequilíbrio decorre de fatos supervenientes, cuja ocorrência tenha alterado os encargos assumidos desde a vigência do fato gerador.

Assim, comprovado que o aumento dos custos — no caso, decorrente da nova Convenção Coletiva de Trabalho — passou a impactar o contrato desde sua entrada em vigor e que o requerimento foi apresentado em prazo razoável, após a reunião da documentação necessária, admite-se a atribuição de efeitos *ex tunc* ao reequilíbrio. Tal solução decorre diretamente da finalidade da revisão, que é restabelecer a relação originalmente pactuada entre os encargos do contratado e a contraprestação da Administração, assegurando a justa remuneração pela execução do serviço, conforme determina o próprio art. 124 da Lei 14.133/2021.

Assim, a revisão a ser feita no contrato no contrato foi fundamentada no artigo 124, inciso II, alínea “d” da Lei Federal n.º 14.133/2021, na medida em que seu motivo ensejador advém de fatores não desejados ou provocados por culpa das partes, mas se constitui em obstáculo à realização do objeto do contrato na forma como inicialmente previsto, especialmente no que diz respeito a sua equação econômica.

A ausência de culpa do contratado é requisito fundamental para que não ocorra a transferência de responsabilidade para a Administração pela proposta de preço inexequível, como orienta o Tribunal de Contas da União. Nestes casos, o contratado deve arcar exclusivamente com as consequências de tal conduta, não lhe cabendo “transferir” o ônus à Administração por meio do pedido de reequilíbrio.

Assim, a oferta de preço inexequível na licitação deve onerar exclusivamente o contratado, não se admitindo a elevação do valor ofertado em virtude do descuido da licitante na elaboração de sua proposta de preços.

Nesse sentido, conforme amplamente demonstrado pela documentação apresentada, trata-se de fato superveniente que rompeu a equação econômico-financeira do contrato. A empresa contratada não concorreu para a alteração do valor do salário-base da categoria, uma vez que o reajuste decorre de Convenção Coletiva de Trabalho, instrumento normativo de eficácia obrigatória, totalmente alheio à vontade e à culpa da contratada. Assim, restando comprovado que o aumento dos custos de mão de obra passou a incidir desde o início da vigência da CCT, e que tais valores foram suportados pela contratada, impõe-se o reconhecimento de que o desequilíbrio é real e de origem externa, justificando a recomposição da equação contratual, inclusive com efeitos retroativos.

Ademais, verifica-se que a execução do contrato vem sendo realizada regularmente, sem qualquer prejuízo à Administração, mesmo após a elevação dos custos decorrentes da CCT, o que evidencia que a contratada assumiu ônus significativo para manter a continuidade dos serviços essenciais. Diante desse cenário e considerando que a recomposição ora pleiteada não representa vantagem indevida ao contratado, mas apenas a restauração da justa remuneração prevista originalmente, mostra-se juridicamente possível e recomendável que a Administração, mediante acordo com a contratada, promova o reequilíbrio econômico-

financeiro contratual, reconhecendo os valores retroativos e ajustando o valor mensal para as competências futuras, a fim de assegurar a correta execução do objeto nos termos inicialmente pactuados.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, ressalta-se que a finalidade desta manifestação jurídica é orientar os Agentes Públicos quanto ao atendimento das exigências legais necessárias à prática do ato administrativo, sob o ponto de vista jurídico-formal. Assim, a presente análise possui natureza meramente opinativa, limitada ao exame da conformidade constitucional, legal e principiológica do procedimento, notadamente em relação aos princípios da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Compete ao Agente Público responsável verificar se os elementos constantes dos autos atendem ao interesse público e se se mostram suficientes para embasar a decisão administrativa, lembrando-se, conforme já lecionava Seabra Fagundes, que “administrar é aplicar a lei de ofício”. Presumem-se verídicos os documentos apresentados pela contratada, cabendo à Administração diligenciar quanto à autenticidade e confiabilidade das informações apresentadas, caso entenda necessário.

Dessa forma, não há óbice jurídico à formalização de termo aditivo destinado a promover o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, com o reconhecimento dos valores retroativos decorrentes da alteração da Convenção Coletiva de Trabalho e com a atualização do valor mensal para as competências futuras, nos termos analisados, devendo a presente análise jurídica ser encaminhada à apreciação da Comissão Permanente de Licitação, competente para deliberar sobre a elaboração do termo aditivo.

Ademais, remeta-se também à Contabilidade para verificação e confirmação dos cálculos pertinentes.

Esse é o nosso parecer.

Jataí, Goiás, 11 de dezembro de 2025.

JOSÉ FERRAZ DA COSTA NETO
OAB/GO nº 49.953
CONSULTOR JURÍDICO ADMINISTRATIVO